

RELATÓRIO DE GESTÃO

2024



SOCIEDADE



PROCESSOS E ESTRUTURA



FISCAL



APRENDIZADO E CRESCIMENTO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO MARANHÃO

PRESIDENTE

Des. José de Ribamar Froz Sobrinho

1º Vice-Presidente

Des. Raimundo Moraes Bogéa

Corregedor-Geral da Justiça

Des. José Luiz Oliveira de Almeida

Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial

Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos

TRIBUNAL DO PLENO

DES. ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAÚJO
DES. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF
DES. JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
DES. ANTÔNIO PACHECO GUERREIRO JÚNIOR
DES. CLEONES SEABRA CARVALHO CUNHA
DESA. NELMA CELESTE SOUZA SILVA SARNEY COSTA
DES. JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS
DES. MARCELO CARVALHO SILVA
DES. PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA
DES. LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA
DES. JOSÉ DE RIBAMAR FRÓZ SOBRINHO
DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
DES. KLEBER COSTA CARVALHO
DES. RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA
DES. RICARDO TADEU BUGARIN DUAILIBE
DESA. ANGELA MARIA MORAES SALAZAR
DES. TYRONE JOSÉ SILVA
DES. LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO
DES. JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS
DES. JOSEMAR LOPES SANTOS
DES. JOSÉ GONÇALO DE SOUSA FILHO
DES. ANTÔNIO JOSÉ VIEIRA FILHO
DESA. MARIA FRANCISCA GUALBERTO DE GALIZA
DES. FRANCISCO RONALDO MACIEL OLIVEIRA
DES. RAIMUNDO MORAES BOGÉA
DES. GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS
DESA. SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO
DES. SEBASTIÃO JOAQUIM LIMA BONFIM
DESA. MÁRCIA CRISTINA COÊLHO CHAVES
DESA. ORIANA GOMES
DES. JOSÉ NILO RIBEIRO FILHO
DES. LUIZ DE FRANÇA BELCHIOR SILVA
DESA. MARIA DA GRAÇA PERS SOARES AMORIM
DESA. MARIA DO SOCORRO MENDONÇA CARNEIRO
DES. RAIMUNDO NONATO NERIS FERREIRA
DES. NÉLSON FERREIRA MARTINS FILHO



2ª SEMANA NACIONAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SOLO SEGURO AMAZÔNIA LEGAL 12/2024



A Semana Solo Seguro Nacional de Regularização Fundiária, instituída pela Corregedoria Nacional de Justiça e regulamentada pelo Provimento n.º 144/2023, ocorre anualmente, mobilizando as Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados. No Maranhão, a edição de 2024, realizada entre os dias 25 e 29 de novembro, marcou um importante avanço na execução da política de Regularização Fundiária, no âmbito do Programa Registro para Todos.

Com o objetivo de fortalecer a governança fundiária, promover justiça social, garantir acesso regular à terra e segurança jurídica, e proteger o meio ambiente, a Semana concentrou esforços na apresentação de resultados, proposição de novos projetos, realização de cursos e promoção de ações sociais de justiça e cidadania.

No Maranhão, sob a liderança do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), as entregas de títulos de propriedade durante a Semana simbolizaram não apenas o direito pleno à terra, mas também a transformação de vidas e a materialização de um futuro mais seguro e equitativo para diversas famílias.

Durante a 2ª Semana Nacional da Regularização Fundiária Solo Seguro – Amazônia Legal 2024, foram realizadas ações significativas que refletem a amplitude e a relevância da regularização fundiária no Estado. Entre os destaques, estão a realização de evento científico, a entrega de títulos de regularização fundiária urbana e rural, promovendo a segurança jurídica e o pleno exercício da cidadania para os beneficiários. Além disso, foram registrados territórios pertencentes a comunidades remanescentes de quilombos e povos indígenas, assegurando o reconhecimento e a proteção de direitos históricos e culturais dessas populações.

Em complemento, também foram realizados registros de igrejas tombadas pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, reforçando o compromisso com a preservação do patrimônio cultural e a valorização da memória coletiva. Essas iniciativas demonstram o impacto abrangente da política de regularização fundiária na promoção da equidade, justiça social e salvaguarda de valores identitários.

EVENTO CIENTÍFICO CURSO PRÁTICO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA



116
PESSOAS CAPACITADAS

Nos dias 25 e 26 de novembro de 2024, durante a 2ª Semana Nacional da Regularização Fundiária Solo Seguro – Amazônia Legal 2024, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) promoveu o evento científico intitulado Curso Prático em Regularização Fundiária, no polo de Bacabal, abrangendo 12 municípios da região.



Destacando-se como uma iniciativa inovadora e essencial, o curso reafirmou o compromisso com o fortalecimento e a ampliação das políticas públicas de regularização fundiária no estado, promovendo soluções concretas para garantir o direito à propriedade e melhorar a qualidade de vida da população.

O evento, realizado por meio do Núcleo de Governança Fundiária (NGF), reuniu discentes e docentes de universidades públicas e privadas (Direito, Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Geografia e Ciências Sociais), servidores públicos, registradores e cartorários, advogados e profissionais do Direito e técnicos em Regularização Fundiária Urbana (Reurb). A programação incluiu debates sobre legislações específicas, troca de experiências e a apresentação de soluções práticas para garantir o direito à propriedade, com ênfase no atendimento às populações de baixa renda.

Essa ação, desenvolvida em parceria com municípios e cartórios, ressaltou a relevância da regularização fundiária como uma ferramenta essencial para assegurar moradia digna, promover a segurança jurídica e impulsionar o desenvolvimento socioeconômico sustentável no Maranhão. O curso capacitou 116 participantes, oferecendo conhecimento técnico e prático sobre temas essenciais relacionados à regularização fundiária.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA - REURB



Durante a 2ª Semana Nacional de Regularização Fundiária - Solo Seguro, realizada no Maranhão, municípios de diversas regiões do estado participaram ativamente, realizando entregas significativas. Essas ações reafirmam o compromisso das instituições envolvidas com a transformação da realidade fundiária e a garantia de um futuro mais seguro para as famílias maranhenses.

A entrega de títulos de regularização fundiária urbana na modalidade social representa um marco essencial para a promoção da justiça social e da inclusão cidadã nos municípios do Maranhão.



2ª SEMANA NACIONAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SOLO SEGURO AMAZÔNIA LEGAL 12/2024

Nº	MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE TÍTULOS
01	Açailândia	53
02	Aldeias Altas	135
03	Arame	300
04	Barreirinhas	167
05	Brejo	276
06	Cantanhede	372
07	Carolina	56
08	Coelho Neto	126
09	Caxias	90
10	Guimarães	50
11	Humberto de Campos	29
12	Parnarama	309
13	Porto Rico	50
14	Primeira Cruz	64
15	Ribamar Fiquene	200
16	Rosário	83
17	Satubinha	24
18	Santa Inês	256
19	Sítio Novo	500
20	São Mateus	1200
21	Tuntum	100
22	Viana	37
23	Montes Altos	260

TOTAL: 4.908

**TÍTULOS DE PROPRIEDADE
ENTREGUES**



2ª SEMANA NACIONAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SOLO SEGURO AMAZÔNIA LEGAL 12/2024

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL



No Maranhão a entrega de títulos de regularização fundiária rural foi realizada em parceria com o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), representando um marco para os agricultores familiares, garantindo segurança jurídica, valorização dos imóveis e acesso a crédito.

A ação resgata a cidadania, fortalece a autoestima das famílias e assegura a sucessão rural, beneficiando aqueles que dependem da agricultura para sustento e preservando seu legado para as futuras gerações. No povoado Laranjal, no município de Viana, 37 famílias de agricultores familiares foram contempladas com a entrega dos registros de seus imóveis regularizando um total de 214,6289 hectares.

37 TÍTULOS DE PROPRIEDADE
ENTREGUES A
AGRICULTORES
FAMILIARES

214,6289
HECTARES REGULARIZADOS



REGISTROS DE TERRITÓRIOS PERTENCENTES A POVOS INDÍGENAS



3 REGISTROS
DE TERRITÓRIOS
INDÍGENAS

3.171
FAMÍLIAS BENEFICIADAS

236 MIL
HECTARES
REGULARIZADOS

Como parte da 2ª Semana Nacional da Regularização Fundiária Solo Seguro – Amazônia Legal 2024, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) entregou 03 registros territoriais aos povos indígenas dos TI de Cana Brava, Porquinhos e Geralda Toco/Preto, nos municípios de Arame/MA, Itaipava do Grajaú/MA, Barra do Corda/MA, Grajaú/MA, Jenipapo dos Vieiras/MA e Fernando Falcão/MA. A ação, realizada em parceria com a Funai e cartórios locais, fortalece os direitos históricos e culturais dessas comunidades, garantindo segurança jurídica, preservação ambiental e autonomia, além de combater conflitos fundiários e promover justiça social.

Essa iniciativa reafirma o compromisso do TJMA com a proteção dos territórios tradicionais e a promoção da justiça social no Maranhão, destacando a importância da regularização fundiária para assegurar o respeito à diversidade cultural e a preservação ambiental. Além disso, a entrega dos registros contribui para o combate à grilagem de terras e fortalece o desenvolvimento sustentável, consolidando os direitos das comunidades indígenas e ampliando seu acesso a políticas públicas que valorizem sua história e identidade.

TERRITÓRIO	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS	POPULAÇÃO DO TERRITÓRIO	ÁREA REGULARIZADA
CANA BRAVA	BARRA DO CORDA, GRAJAÚ, JENIPAPO DOS VIEIRAS	10.824	137MIL ha
PORQUINHOS	FERNANDO FALCÃO, GRAJAÚ	892	80MIL ha
GERALDA, TOCO/PRETO	ARAME, ITAIPAVA DO GRAJAÚ	969	19MIL ha



2ª SEMANA NACIONAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SOLO SEGURO AMAZÔNIA LEGAL DEZ/2024

REGISTROS DE TERRITÓRIOS PERTENCENTES A COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

O Tribunal de Justiça do Maranhão integrou a 2ª Semana Nacional de Regularização Fundiária Solo Seguro – Amazônia Legal com a cerimônia de entrega de registros de territórios quilombolas do Maranhão. A ação foi promovida em parceria com o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma), beneficiou 08 comunidades quilombolas, contemplando 392 famílias e regularizando mais de 4.730 hectares de terra.

A titulação dos territórios reforça a luta histórica e cultural dos povos quilombolas, garantindo segurança jurídica, valorização de suas tradições e o reconhecimento de seus direitos. Entre os territórios beneficiados estão os povoados Bom Jesus, Jacuíca, Boqueirão, Mirinzal da Julita, Santa Tereza, Cajueiro, Carro Quebrado e Campo Redondo marcando mais um avanço na promoção de equidade e justiça social no Maranhão.



8 TÍTULOS COLETIVOS
DE PROPRIEDADE
REGISTRADOS
392
FAMÍLIAS BENEFICIADAS

4.733,44
HECTARES
REGULARIZADOS

TERRITÓRIO	MUNICÍPIO ABRANGIDO	QUANTIDADE DE FAMÍLIAS	ÁREA REGULARIZADA
BOQUEIRÃO	ICATU	40	1.637,37 ha
BOM JESUS	CÂNDIDO MENDES	58	216,3937 ha
CAJUEIRO	VIANA	65	271,285 ha
CAMPO REDONDO	BACABAL	38	1.521,1087 ha
CARRO QUEBRADO	VIANA	84	179,9941 ha
JACUÍCA	MATINHA	45	317,3447 ha
SANTA TEREZA	MIRINZAL	37	262,7899 ha
MIRINZAL DA JULITA	PRESIDENTE JUSCELLINO	25	330,1586 ha



2ª SEMANA NACIONAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SOLO SEGURO AMAZÔNIA LEGAL DEZ/2024

REGISTROS DE **IGREJAS** TOMBADAS PELO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

Integrando, ainda as atividades da 2ª Semana Nacional de Regularização Fundiária Solo Seguro – Amazônia Legal, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) entregou as matrículas imobiliárias de cinco igrejas tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Localizadas nos municípios de São Luís e Paço do Lumiar, essas igrejas representam marcos da fé e da cultura no estado.

A regularização fundiária, conduzida pelo Núcleo de Governança Fundiária (NGF) em parceria com os Cartórios Extrajudiciais, foi realizada sem custos, destacando o interesse social e o compromisso com a preservação do patrimônio cultural e histórico.

As cinco igrejas contempladas pela entrega das matrículas imobiliárias pelo TJMA possuem relevância histórica e cultural:



5 REGISTROS DE IGREJAS TOMBADAS PELO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS/MA

1. Igreja de Nossa Senhora de Santana:

Localizada no Centro de São Luís, remonta ao século XVII, com construção datada de 1790.

2. Igreja de São Joaquim do Bacanga:

Situada na Vila Maranhão, foi criada em 1835 e representa a quarta freguesia constituída no Maranhão, abrangendo localidades próximas ao rio Bacanga.

3. Igreja de São João Batista do Vinhais:

Localizada no bairro do Vinhais, teve origem no século XVII, fundada por franceses em uma antiga aldeia indígena.

4. Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos:

Situada no Centro Histórico de São Luís, foi construída em estilo barroco no século XVIII por uma irmandade de homens negros, concluída em 1776.

5. Igreja de Nossa Senhora da Luz:

Localizada em Paço do Lumiar, sua fundação é atribuída ao século XVII, possivelmente pelo padre Luiz Figueira, da Companhia de Jesus.



2ª SEMANA NACIONAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SOLO SEGURO AMAZÔNIA LEGAL DEZ/2024

PROJETO VIVA ALCÂNTARA

O Projeto Viva Alcântara, promovido pelo Poder Judiciário do Maranhão, tem sido um marco na regularização fundiária, com especial foco nas comunidades quilombolas da região. Até 29 de novembro de 2024, o projeto já regularizou **61.000 hectares**, beneficiando diretamente **3.350 famílias** de **152 comunidades quilombolas oficialmente reconhecidas**. Esse avanço abrange quase toda a área destinada à titulação das comunidades, consolidando também parte do território do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), com cerca de 10 mil hectares preservados.

Durante as ações realizadas, foram entregues **42 matrículas de terras**, das quais 37 têm destinação para as comunidades quilombolas, 4 para o Centro de Lançamento de Alcântara e 1 com destinação compartilhada, sendo parcialmente para o CLA e parcialmente para as comunidades quilombolas. Essas matrículas, realizadas em parceria com o Cartório de Alcântara, foram registradas em nome da União e do Estado e destinam-se às comunidades, ao mesmo tempo em que garantem a preservação do território do CLA. A iniciativa, que inclui serviços de conciliação jurídica, emissão de documentos, saúde e cidadania, foi viabilizada pelo Acordo de Alcântara, firmado em setembro de 2024 entre o Governo Federal e representantes das comunidades, com apoio de instituições como o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), a Advocacia-Geral da União, a Defensoria Pública e o Ministério Público.

Essa ação histórica também resultou no arquivamento de 37 processos judiciais que estavam em tramitação desde 1983, relacionados a disputas territoriais e reivindicações fundiárias. O tempo médio de tramitação desses processos era de 40 anos, demonstrando o impacto profundo e a resolução de questões que se arrastavam por décadas.

42 MATRÍCULAS DE
TERRAS REGISTRADAS
37 COMUNIDADES
QUILOMBOLAS
BENEFICIADAS

61 MIL
HECTARES
REGULARIZADOS



Nº	NOME DO IMÓVEL	MATRÍCULA
1	TERRAS DESTERRO I1	801
2	TERRAS PEROBA	802
3	TERRAS CARATATUBA	803
4	TERRAS PACURI	804
5	TERRAS ITAAÚ	805
6	TERRAS IMBIRAMPIPIUA	806
7	TERRAS CAJAPARY	807
8	TERRAS MURARI	808
9	TERRAS TAPERA	809
10	TERRAS PERIZINHO	810
11	TERRAS ESPERANÇA	811
12	TERRAS SANTA CATARINA	812
13	TERRAS MAMORANA	813
14	TERRAS QUIRIRITIVA	814
15	TERRAS BAIXA GRANDE	815
16	TERRAS JARUCAIA	816
17	TERRAS ESCOITO OU OITEIRO	817
18	TERRAS SANTA TEREZA	818
19	TERRAS FAZENDA MATO GROSSO I	504
20	TERRAS FAZENDA CONCEIÇÃO	819
21	FAZENDA CAMARAJÓ	820

Nº	NOME DO IMÓVEL	MATRÍCULA
22	FAZENDA CANAVIEIRA	821
23	FAZENDA TAPECUEM	822
24	FAZENDA MUTITI	823
25	FAZENDA SANTA RITA	824
26	FAZENDA SÃO FRANCISCO	825
27	ÁREA EM LITÍGIO S. FRANCISCO E BRITO	826
28	FAZENDA BARACATATIVA	800
29	FAZENDA BRITO	591
30	FAZENDA PONTA ALTA	827
31	FAZENDA ENCONTRO E JARDIM	828
32	FAZENDA JABAQUARA	829
33	FAZENDA SANTO ANTONIO	830
34	TERRAS DEVOLUTAS I	831
35	TERRAS DEVOLUTAS III	832
36	TERRAS DEVOLUTAS VII	833
37	TERRAS DEVOLUTAS IV	834
38	TERRAS PREFEITURA	835
39	TERRAS DESTERRO I1	836
40	TERRAS PEROBA	837
41	TERRAS CARATATUBA	838
42	TERRAS PACURI	839



ENTREGA DE TÍTULOS E AÇÕES REALIZADAS

SOLO SEGURO FAVELA 2024

DATA	AÇÃO
24/04/2024	Visita técnica ao bairro Tamancão, localizado na região Itaqui-Bacanga, no município de São Luís/MA.
22/05/2024	Início da fase de cadastramento social no bairro Tamancão, localizado na região Itaqui-Bacanga, no município de São Luís/MA.
06/06/2024	2º Workshop em Governança Fundiária: Solo Seguro Favela. OBS.: O evento foi realizado no auditório da Escola de Magistratura do Maranhão, com um público de 150 pessoas.
10/06/2024	Entrega da matrícula geral do bairro Tamancão, localizado na região Itaqui-Bacanga, no município de São Luís/MA.

MUNICÍPIO	TÍTULOS ENTREGUES	FAVELA/NÚCLEO INFORMAL URBANO CONSOLIDADO
Feira Nova	80	Canto dos Passos
Codó	227	São Vicente Pallotti, Codó Novo e Santo Antônio
Açailândia	20	Brasil Novo
Morros	150	Coelho
Arame	200	Centro 2, Centro 3, Zona Sul, Olaria, Marajá e Vila Nonato
Serrano	50	Pracinha
Chapadinha	250	Idalina Mendes e Recanto dos Pássaros
Brejo	120	Zé Gomes
Sítio Novo	100	Mundico Nascimento e Vitória
São Luís	50	Tamancão
Viana	433	Vila Zizi e Campo Novo
Balsas	300	São José
Icatu	44	Tote Carvalho
Lago da Pedra	400	Vieira Neto, Vila Mangueira, Waldir Filho, Cajueiro e Vila da Paz
Lago dos Rodrigues	23	Estátua
Lagoa Grande	15	Centro
Paço do Lumiar	75	Vila Eptácio Cafeteira
Ribamar Fiquene	46	Vila Ita
Santo Amaro	30	Olho d'Água
São Mateus	432	Timbaúba
Satubinha	105	Bom Jesus
Senador La Roque	200	Cumaru

TOTAL: 3.350



DIRETORIA JUDICIÁRIA

CRONOGRAMA DE AÇÕES 2024

AÇÃO	INICIADO	EM ANDAMENTO	CONCLUÍDO	PREVISÃO DE ENTREGA
Criação de Grupo de Trabalho para saneamento de inconsistências de dados de cadastro e de partes sem CPF/CPNJ, resultando no tratamento de 11.549 processos, restando, ao final de dezembro de 2024, 2232 a serem saneados.			Meta alcançada em 102,46%	
Diminuição em 3,28% da taxa de congestionamento líquida na Coordenação das Seções de Direito Público, de Direito Privado, de Direito Criminal e das Câmaras de Direito Criminal, evoluindo de 43,69% em 2023 para 40,42% em 2024.			X	
Implementação do Pannel de Gestão Judiciária (PGJud) em 97% dos Gabinetes de Desembargadores e Desembargadoras, otimizando o acompanhamento dos indicadores processuais e facilitando o acompanhamento das prioridades.		X		31/01/2025
Redução de 85% do acervo paralisado na Secretaria.		X		Meta contínua e em constante acréscimo
Redução de 50% do total de processos da Coordenadoria das Câmaras de Direito Privado e de Direito Público remetidos ao Juízo de origem para diligências.			X	
Redução de 70% do total de processos da Coordenação das Seções de Direito Público, de Direito Privado, de Direito Criminal e das Câmaras de Direito Criminal remetidos ao Juízo de origem para diligências.		X		31/03/2025
Criação de Grupo de Trabalho para apoio no cumprimento das Metas 1 e 2 do CNJ.		X		Primeira parcial disponibilizada em 28/2/2025
Meta 1, referente ao ano de 2024, cumprida em 92,73%.				
Metas 2-A e 2-B, cumpridas respectivamente em 106,61% e 100%.			X	
Meta 4 cumprida em 151,30%.			X	
Meta 8 cumprida em 133,33% (ações referentes a Feminicídio) e em 111,11% (ações referentes à Violência Doméstica).			X	
Meta 10 cumprida em 285,71% (ações relacionadas à Comunidades Quilombolas), 225% (ações ambientais) e 100% (ações referentes à Comunidades Indígenas).			X	
Meta 12 cumprida integralmente, julgadas 100% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude Cível e de apuração de ato infracional, distribuídas até 31/12/2022				



DIRETORIA DO FERJ

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2024

19,3% SUPERÁVIT DE ARRECADAÇÃO
EM RELAÇÃO A 2023
TOTAL DE
R\$62.248.999,68

META PARA 2025:
FISCALIZAR 139 SERVENTIAS
TENDO EM VISTA A CRIAÇÃO
DE MAIS UMA EQUIPE DE
FISCALIZAÇÃO

AÇÃO	RESULTADO
ARRECADAÇÃO	R\$384.479.793,78
FISCALIZAÇÃO	124 SERVENTIAS FISCALIZADAS
FERC	R\$17.736.002,41 (607 ATOS GRATUITOS COMPENSADOS) R\$239.127,88 (COMPLEMENTAÇÃO DE RENDA MÍNIMA DAS SERVENTIAS DEFICITÁRIAS)
CURSO DE CUSTAS PARA SECRETÁRIOS JUDICIAIS	CRIAÇÃO DO CURSO DE CUSTAS JUDICIAIS NO FORMATO EAD
SISTEMAS DE GESTÃO: PORTAL SAUIN - QRCODE AGREGADOR (PROCESSO Nº52609/2023)	CONCLUÍDO
LEGISLAÇÃO: PROJETO DE LEI DE ALTERAÇÃO DO FUNDO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - FERRFIS)	CONCLUÍDO



OUVIDORIA TJMA

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2024

8.128
MANIFESTAÇÕES

**ACRÉSCIMO DE
2.173 (26,73%)
EM RELAÇÃO A 2023**

PROJETOS E ENCONTROS DA OUVIDORIA EM 2024

02/07/2024

Visita Institucional nas comarcas de Raposa e Paço do Lumiar

O Desembargador Antonio José Vieira Filho realizou visita institucional nos Termos Judiciários de Raposa e Paço do Lumiar, da Comarca da Ilha de São Luís, na última terça-feira (2/7), e contou com a presença de magistrados, magistradas, servidores e servidoras dos respectivos termos. As visitas tiveram por objetivo divulgar os trabalhos da Ouvidoria, bem como, ouvir as demandas e manter o diálogo constante em busca de uma melhor prestação jurisdicional. Na oportunidade o ouvidor, Desembargador Antônio José Vieira Filho e sua equipe tomaram nota das reivindicações e sugestões apresentadas com o compromisso de levá-las ao conhecimento da presidência do Tribunal para providências cabíveis.

11/07/2024

Reunião – Política de Atenção da Pessoa Idosa

No dia 11/07 pela manhã se reuniram na Ouvidoria o Ouvidor Desembargador Antônio José Vieira, O desembargador José Bernardo, Ariston (assessor da Presidência), a secretária e o supervisor da Ouvidoria, Neusa Burak e Thiago de Sousa. A reunião teve como objetivo discutir questões sobre a Política de Atenção da Pessoa Idosa e a implantação da mesma no âmbito do TJMA. A Política de Atenção da Pessoa idosa é destinado à **pessoa idosa do Maranhão** que tenha seus direitos ameaçados ou violados e que necessite de orientação e atendimento da Justiça. Este foi o primeiro encontro para alinhar os próximos passos para a elaboração, estruturação e implantação deste serviço.

16/07/2024

Reunião Técnica sobre a Proposta Inicial de Metas Nacionais (PIME) para o ano de 2025

No dia 16/07 a Ouvidoria participou de reunião técnica, ocasião que foi apresentada a Proposta Inicial de Metas Nacionais (PIME) do Poder Judiciário para o ano de 2025, objetivando proporcionar um espaço para discussão e coleta de sugestões que serão encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em cumprimento à a Portaria CNJ n. 59, de 23 de abril de 2019.

06/08/2024

Audiência Pública na comarca de Vargem Grande

O Poder Judiciário do Maranhão, por meio de uma iniciativa conjunta da Corregedoria Geral da Justiça e da Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), promoveu no dia 6/8, no auditório da Secretaria Municipal de Educação, uma audiência pública na Comarca de Vargem Grande. O objetivo foi ouvir a população sobre os serviços jurisdicionais prestados. A audiência foi conduzida pelo Ouvidor do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio José Vieira Filho, e pelo Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida. A Corregedoria também realizou correição extraordinária na Comarca de Vargem Grande. O juiz titular da 1ª Vara da comarca, Paulo de Assis Ribeiro, acompanhou os trabalhos. A ação contou com a participação de cerca de 70 pessoas, entre advogados, vereadores, representantes de diversas classes, além da população local e de regiões como Nina Rodrigues e Presidente Dutra.

15/08/2024

Atendimento à Pessoa Idosa

Preocupado em promover uma maior inclusão digital, eficiência e acessibilidade aos serviços essenciais, melhorando significativamente a qualidade de vida das Pessoas Idosas e em atendimento à Resolução Nº 520 de 18/09/2023 que dispõe sobre a Política Judiciária sobre Pessoas Idosas e suas interseccionalidades, a Ouvidoria do TJMA, por meio do Ouvidor, Desembargador Antônio José Vieira Filho, criou um link exclusivo para manifestação desta população. O formulário eletrônico dispõe de processo simplificado, visando facilitar o acesso à justiça, destacando seus direitos. Além disso, o formulário contribuirá para a identificação de padrões de violações dos direitos dessa faixa etária para a implementação de políticas e ações mais direcionadas.

24/08/2024

Participação PopJudRua

A Ouvidoria participou do 4º **mutirão de atendimento a pessoas em situação de rua**, que foi realizado no dia (24/8), na sede da **Seção Judiciária do Maranhão (Justiça Federal - Areinha), das 7h às 16h**. O mutirão é uma iniciativa do Comitê PopRuaJud, coordenado pelos juízes Douglas de Melo Martins (TJMA) e Rafael Lima da Costa (Justiça Federal), e pela defensora pública Clarice Binda (DPE), em parceria com instituições estaduais, municipais e federais.



OUVIDORIA TJMA

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2024

PROJETOS E ENCONTROS DA OUVIDORIA EM 2024

2, 3 e 4/09/2024

XXVII Congresso Brasileiro de Ouvidorias realizado no Rio de Janeiro

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) esteve presente no XXVII Congresso Brasileiro de Ouvidores, realizado na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 2 e 4 de setembro. Na ocasião, o TJMA foi representado pelo ouvidor-geral, desembargador Antônio José Vieira Filho. O evento, que é iniciativa da Associação Brasileira de Ouvidores, contou com a participação de cerca de 500 pessoas representando Tribunais Estaduais e Federais de todos os estados do país, além de colaboradores que atuam em ouvidorias de empresas privadas. Palestras, oficinas e seminários marcaram o evento que teve como tema "As ouvidorias e o compromisso ético: metas e resolutividade", promovendo diálogo e troca de experiências entre os presentes, a fim de promover o fortalecimento das ouvidorias e elevar o nível de excelência no atendimento à sociedade. Entre os destaques da iniciativa, a presença do ouvidor do Superior Tribunal de Justiça, ministro Rogério Schietti; da ouvidora-geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, juíza Juliana Kalichsstein; e da assessora-chefe Ouvidoria da Mulher do Supremo Tribunal Federal, Cristina Telles de Araújo e Silva, que contribuíram para a construção do aprendizado durante a programação, ministrando palestras e seminários. Além do desembargador Antônio José Vieira Filho, o servidor Thiago de Sousa, supervisor da Ouvidoria do TJMA, também compôs a equipe do Judiciário maranhense no evento.

6 a 8/09/2024

64ª Expoema

A iniciativa – que visa ampliar o acesso da população à Justiça – é resultado de uma parceria entre o Tribunal de Justiça (TJMA), a Corregedoria Geral de Justiça (CGJMA), a Corregedoria Geral do Foro Extrajudicial do Maranhão (COGEX) e o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA). Participam do stand o Núcleo de Solução de Conflitos, a Ouvidoria e o Núcleo de Governança Fundiária, todos do TJMA; a Corregedoria Geral de Justiça (CGJMA) e a Corregedoria Geral do Foro Extrajudicial do Maranhão (COGEX). A Ouvidoria do TJMA foi criada para ser um meio de comunicação permanente e direto com a sociedade, para o recebimento de sugestões, reclamações, críticas, elogios, pedidos de informação e outras manifestações. A Ouvidoria atua também como canal de diálogo entre o público interno servidores(as) e magistrados(as) e os demais setores da Justiça Estadual, abrangendo, ainda, os cartórios (serventias extrajudiciais).

23/09/2024

Participação em reunião Projeto "Simplificar é Legal" planeja ações de simplificação da linguagem jurídica

O Grupo de Trabalho responsável pela execução do Projeto "Simplificar é Legal" se reuniu no dia 23/9, no antigo plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão, com transmissão virtual, para discutir o plano de ação da política de Linguagem Simples e Direito Visual no Poder Judiciário. Integrantes do grupo de trabalho apresentaram ao presidente, desembargador Lourival Sereje, e ao coordenador, juiz Alexandre Abreu, propostas de ações para efetivar a política de simplificação, tendo o público interno, de assessores jurídicos de gabinetes, como público prioritário e, em segunda etapa, a sociedade. O objetivo principal das ações é treinar servidores e servidoras na simplificação de atos, documentos e comunicações, impressos ou digitais, pelos quais a Justiça se comunica com o cidadão. Esta Ouvidoria integra o grupo de trabalho com o supervisor, Thiago de Sousa. Parte das ações destacaram a passagem do Dia Internacional da Linguagem Simples, em 13/10, quando os agentes de simplificação da linguagem jurídica de todo o país chamaram a atenção da sociedade em geral para a necessidade de o poder público se comunicar de forma clara, acessível e inclusiva com a sociedade.

20 a 22/11/2024

XI Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais na cidade de Maceió – AL - COJUD

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão participou da 11ª edição do Encontro de Ouvidores dos Tribunais de Justiça do Brasil, realizado pelo Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais (Cojud), ocorrido em Maceió, entre os dias 20 a 22 de novembro. O supervisor da Ouvidoria Judiciária, Thiago de Sousa, esteve presente no evento que contou com palestrantes de relevância em todo o cenário nacional. O presidente do COJUD, desembargador Altair Lemos, falou sobre a importância de realizar encontros para a troca de experiências. "Sempre há uma boa prática nova, alguma informação que algum ouvidor chama a atenção dos demais e que a gente pode transmitir para que as Ouvidorias cresçam como um todo", pontuou. O conselheiro do CNJ, Marcelo Terto, abordou a importância da atuação das Ouvidorias Judiciais na captação de dados que demonstram a relação entre a Justiça e o cidadão, a fim de balizar a implantação de novas políticas judiciais, sempre com intuito de melhor servir à sociedade. "Um sistema de Ouvidorias, bem aparelhado, bem instrumentalizado, é fundamental para tratar com ações mais precisas os problemas enfrentados pelo Judiciário." Anfitrião do evento, o presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, desembargador Fernando Tourinho, destacou a ampliação das ouvidorias judiciais e pontuou que a ouvidoria é a caixa de entrada dos problemas que temos, para tentar melhorar os serviços que prestamos. O novo corpo diretivo ficou definido com o desembargador Altair Lemos (Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul/TJRS), reconduzido à Presidência; o ouvidor-geral da Justiça do Amazonas, desembargador Abraham Peixoto Campos Filho, eleito 1º vice-presidente; o desembargador Eduardo Sertório (Tribunal de Justiça de Pernambuco/TJPE), eleito 2º vice-presidente; e o desembargador Flávio Boson (Tribunal Regional Federal da 6ª Região/TRF6), eleito 2º secretário.

02/12/2024

Visitas Institucionais nas comarcas de Arari e Pindaré Mirim

Inicialmente, o Ouvidor Geral e sua equipe estiveram na comarca de Arari e foram recepcionados pela Secretária Judicial Elaine Cruz, visto que o magistrado designado à comarca está em transição. A visita também contou com a presença da Defensora Pública Glória Luiza Machado Silveira, da Promotora de Justiça, Alessandra Darub Alves e do dr. George, advogado que milita na região. Em seguida, a comarca visitada foi Pindaré Mirim, onde o magistrado, dr. Humberto Alves Júnior apresentou as instalações do fórum da comarca, bem como repassou as demandas que necessitam de atenção da diretoria do tribunal para que os serviços judiciais possam chegar com mais qualidade à população pindareense.

03/12/2024

Visita Institucional na comarca de Santa Inês

O diretor substituto do fórum da comarca de Santa Inês, dr. Samir Araújo Mohana Pinheiro, junto aos demais magistrados da referida comarca receberam o desembargador ouvidor e equipe e realizaram uma reunião muito proveitosa, abordando os pontos que podem ser melhorados e proporcionar ao cidadão deste município acesso amplo e irrestrito ao judiciário estadual. Ressalta-se que, as unidades da comarca de Santa Inês foram citadas em 15 reclamações em 2023 e, em 2024, esse número caiu para 10 reclamações junto a Ouvidoria. As visitas institucionais realizadas pelo Ouvidor Geral são de grande relevância por abrir espaço às demandas do público interno, ouvindo e tomando nota das solicitações, dos problemas enfrentados por magistrados e servidores, além de acompanhar os trabalhos desempenhados na comarca. Importante frisar que a Ouvidoria Judiciária não se trata de um canal apenas de reclamações e denúncias, ou que as comarcas visitadas apresentem maiores problemas, pelo contrário, nessa aproximação com as comarcas do interior recebe-se sugestões, verifica-se o que está dando certo e o que pode ser aplicado em outras unidades.



ASSESSORIA DE GESTÃO DE PRECATÓRIOS

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2024

1. PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

4031 PRECATÓRIOS
PAGOS EM 2024
R\$576.216.602,18
MONTANTE DE
1135 CREDORES SUPERPREFERENCIAIS

O pagamento de precatórios é uma das funções primordiais da Assessoria de Gestão de Precatórios. Assim, durante o ano de 2024, destaca-se que foram pagos 4031 precatórios, no montante de R\$ 576.216.602,18, dos quais foram contemplados 1135 credores com a parcela superpreferencial prevista no art. 100, § 2º da Constituição Federal (prioridade).

2024	BENEFICIÁRIOS ATINGIDOS	MONTANTE PAGO
PRECATÓRIOS	4031	R\$ 576.216.602,18
PRIORIDADE DOENÇA GRAVE, IDADE E PESSOA COM DEFICIÊNCIA	1135	R\$ 119.052.021,08

2. CONTROLE DE REPASSE DE RECURSOS E SEQUESTRO DE VERBAS PÚBLICAS

Constitui atividade mensal e de fundamental importância o acompanhamento do repasse de recursos pelos entes devedores para pagamento de precatórios, de modo a identificar e agir diante das situações de inadimplência. Ressalte-se que, em razão do efetivo controle, todos os 33 entes enquadrados no Regime Especial de Pagamento de Precatórios encontram-se adimplentes. Cabe registrar que, em 2024, foi proferida decisão de encerramento do Regime Especial em relação a 4 entes, quais sejam, Municípios de Anajatuba, Pedreiras, Matões e Caxias, tendo em vista a satisfação de suas dívidas com precatórios.

No que se refere aos 109 entes enquadrados no Regime Geral, com precatórios inscritos até o exercício orçamentário de 2025, é válido informar que 41 se encontravam em situação de inadimplência, o que ensejou determinações de sequestro de verbas públicas, ou de homologação de acordos, ou homologação de planos de pagamento dos precatórios em mora. Dessa forma, foram abrangidos 622 precatórios com as referidas medidas, no montante de R\$ 62.032.202,54 em pagamentos.

DESCRIÇÃO	TOTAL
DECISÕES (SEQUESTROS, ACORDOS E PLANOS)	41
PRECATÓRIOS CREDORES ABRANGIDOS	622
MONTANTE DOS VALORES PARA PAGAMENTO	R\$62.032.202,54



ASSESSORIA DE GESTÃO DE PRECATÓRIOS

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2024

3. ACORDO DIRETO COM O ESTADO DO MARANHÃO

Foram realizadas análises e estudos aprofundados para o aprimoramento do novo edital de acordo direto previsto na Lei Estadual nº 10.684, de 19 de setembro de 2017, e do Decreto Estadual nº 34.571, de 19 de novembro de 2018. Além disso, promoveram-se tratativas com a Procuradoria-geral do Estado do Maranhão, **que culminaram com a expedição do Edital Conjunto TJMA/PGE-MA nº 001/2024** de convocação de credores para realização de acordo direto com o Estado do Maranhão, assinado em 17 de julho de 2024.

Cumpre **demonstrar os números alcançados com o Edital de Acordo Direto do ano de 2024:**

ACORDO 2024	1ª RODADA	2ª RODADA	3ª RODADA	TOTAL
REQUERIMENTOS	390	476	658	1524
DEFERIMENTOS	304	419	582	1305
INDEFERIMENTOS	78	53	72	203
PREJUDICADOS	2	3	1	6
DESISTÊNCIAS	5	11	2	18
SUSPENSOS(MS)	0	35	1	36
PENDENTES	0	5	6	11

Relativo aos pagamentos dos processos com requerimento de adesão ao Acordo Direto com o Estado do Maranhão em 2024, vale mencionar que, até 31/12/2024, foram pagos quase 1000 processos, restando aproximadamente 300 para conclusão do processamento nos primeiros meses de 2025. Importante destacar ainda que, somente em 2024, houve uma **economia de mais de R\$ 26 milhões ao ente devedor Estado do Maranhão**, haja vista o pagamento mediante deságio, conforme demonstrativo abaixo:

RESUMO - PAGAMENTO DE ACORDO DIRETO 2024

MONTANTE ORIGINAL	R\$112.664.525,76
MONTANTE PAGO APÓS O DESÁGIO	R\$86.048.639,74
TOTAL DA ECONOMIA PARA O ENTE DEVEDOR ESTADO DO MARANHÃO	R\$26.615.886,02
QUANTIDADE DE PRECATÓRIOS PAGOS ATÉ 31/12/2024 (ACORDO DIRETO)	990

4. MOVIMENTAÇÕES NOS SISTEMAS (PJE 2º E SAPRE)

Considerando o elevado acervo de precatórios, além da tramitação habitual para fins de pagamento, são recebidas petições diversas, cujas principais são de: destaque de honorários contratuais, cessão de crédito e pedidos de prioridade. De modo a atender a essa demanda em tempo razoável, as análises realizadas geraram uma produtividade de **5308 decisões** e **10269 despachos proferidos**, além de triagem de **5542 requisições** no Sistema de Administração de Precatórios – SAPRE.

5. SANEAMENTO DE DADOS DE PARTES NO PJE 2º GRAU

Foi providenciado o saneamento de dados de partes em 766 (setecentos e sessenta e seis) processos do PJe 2º Grau, em atendimento à Portaria nº 353/2023, que instituiu o Prêmio CNJ de Qualidade 2024, em que, para pontuar no Prêmio CNJ de Qualidade, as Unidades Judiciárias deverão cumprir a seguinte meta: mais de 95% do polo ativo preenchido com documentos do tipo CPF e/ou CNPJ, em formato válido. Na data de 26 de julho de 2024, esta Assessoria de Gestão de Precatórios concluiu essa tarefa com êxito.



ASSESSORIA DE GESTÃO DE PRECATÓRIOS

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2024

6. TREINAMENTO SOBRE O SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE PRECATÓRIOS – SAPRE

A Assessoria de Gestão de Precatórios - AGPREC, em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão, deu início aos treinamentos, promovendo nos dias 17 e 18 de junho de 2024 **curso sobre Requisições de Precatórios Judiciais pelo SAPRE**. A relevância do evento reside na necessidade constante de aprimoramento dos profissionais que atuam nas secretarias judiciais com vistas à redução do índice percentual de devoluções das requisições de pagamento pelo SAPRE, reforçando os princípios constitucionais da eficiência e da razoável duração do processo judicial e administrativo. Ao longo do ano, foram realizados **mais 6 treinamentos presenciais** pela equipe desta AGPREC nos Pólos do interior do estado, em parceria com a ESMAM e, ainda, como parte da programação do Projeto Encontros Regionais promovido pela Presidência do TJMA, dos quais **participaram servidores de 30 comarcas**.

7. ACESSIBILIDADE

Considerando a necessidade de viabilizar o pleno acesso e atendimento ao público, em especial, aos credores idosos e com dificuldade de locomoção, insta mencionar que foi providenciada a locação de prédio que atenda à demanda, garantindo assim a acessibilidade. É válido consignar que em agosto de 2024 ocorreu a mudança das instalações da Assessoria de Gestão de Precatórios, a qual funciona atualmente no térreo do Edifício Via Manhattan Center III, no Renascença.

8. NOTIFICAÇÃO AOS ENTES DEVEDORES

Foi integralmente cumprido o prazo constitucional previsto no art. 100, § 5º, bem como no art. 15, § 1º da Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça e, dessa forma, providenciou-se o envio até o dia 31 de maio do ano corrente de 100% das **notificações aos 123** (cento e vinte três) **entes devedores** para inclusão da dívida com precatórios no orçamento de 2025. Insta mencionar que foram realizadas as devidas movimentações nos **3.756** (três mil, setecentos e cinquenta e seis) **novos precatórios autuados no PJe 2º Grau** no período de 3 de abril de 2023 a 2 de abril de 2024.



GABINETE DOS JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

AÇÕES REALIZADAS EM 2024

No ano de 2024, o Gabinete dos Juizes Auxiliares da Presidência emvidou esforços no sentido de atender, no menor tempo possível, diversas solicitações enviadas pelo sistema Digidoc, consistindo, na maioria dos casos, pedidos oriundos do Conselho Nacional de Justiça, bem assim o setor diligenciou, de forma tempestiva, as seguintes ações e atividades:

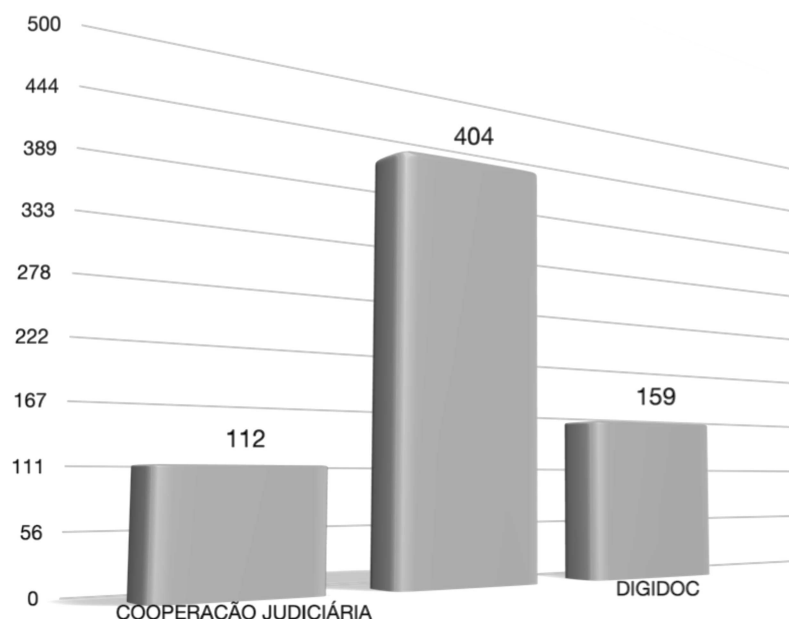
1 – Realização de tarefas relacionadas com a ciência e envio de informações e respostas para atender intimações expedidas ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão nos procedimentos eletrônicos em trâmite no sistema PJE do CNJ, bem como correspondências eletrônicas e malote digital, tratados pelo Conselho Nacional de Justiça, relacionados com diversos assuntos, divulgação de eventos, preenchimento de formulários, realização de pesquisas técnicas, indicação de representantes e servidores para cursos, capacitação profissional e integração de comissões ou grupos de trabalho e formalização de acordos de cooperação técnica, totalizando 404 processos;

2 – Recebimento e processamento de pedidos de cooperação judiciária, tramitando-os pelo sistema Digidoc e, em nome do princípio da celeridade, promoveu-se a dispensa de formalidades tanto na busca quanto no envio das informações solicitadas por meio do uso da correspondência eletrônica e do malote digital, correspondendo a 112 processos tramitados;

3 – Atendimento de demandas diversas em processos administrativos, diligenciando pedidos de cessão e exoneração de militares, solicitação de advogados relacionados a processos judiciais em trâmite no gabinete da Presidência, cumprimento de decisões do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, projetos de resolução deste Tribunal, dentre outros, sendo finalizadas 159 demandas.

Ante o exposto, segue abaixo uma tabela contendo informações sobre o quantitativo de envio de informações ao CNJ pelo sistema Pje, no prazo concedido no despacho/decisão/acórdão, bem assim relacionados aos pedidos de cooperação judiciária e demais solicitações registradas no setor, cujas respostas aos núcleos solicitantes foram enviadas em tempo hábil.

SISTEMAS	DIGIDOC	PJE CNJ	COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA	TOTAL
2024	159	404	112	675



TOTAL DE PROCESSOS: 675



COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA E FAMILIAR - CEMULHER
AÇÕES REALIZADAS EM 2024
PROGRAMAS, PROJETOS E CAMPANHAS DESENVOLVIDOS EM 2024

147 AÇÕES REALIZADAS
POR MEIO DOS
PROGRAMAS, PROJETOS
E CAMPANHAS EM 2024

5.341 PESSOAS
ALCANÇADAS

- PROGRAMA "NOVOS OLHARES, NOVOS VALORES"
- PROJETO "UNIDADES SANEADAS, MULHERES PROTEGIDAS"
- PROGRAMA "VALORIZA MULHER"
- CAMPANHA "CONDOMÍNIO RESPONSÁVEL, MULHERES SEGURAS"
- PROGRAMA "MARIA DA PENHA NO COTIDIANO"
- PROGRAMA "HOMEM CONSCIENTE"
- PROGRAMA "DESPERTA, MARIA!"
- PROGRAMA "JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA"
- PROJETO "VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHA! MULHERES E JUSTIÇA JUNTAS!"

PÚBLICO ALCANÇADO POR PROGRAMA/PROJETO/CAMPANHA

PROGRAMAS/ PROJETO/CAMPANHA	PÚBLICO ALCANÇADO	PROGRAMAS/ PROJETO/CAMPANHA	PÚBLICO ALCANÇADO
NOVOS OLHARES NOVOS VALORES	1.202	SEMINÁRIOS	476
MARIA DA PENHA NO COTIDIANO	2.294	CURSOS E CAPACITAÇÕES	88
DESPERTA, MARIA!	167	OFICINAS	35
HOMEM CONSCIENTE	1.202	VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHA! MULHERES E JUSTIÇA JUNTAS!	27

RESULTADO DAS EDIÇÕES DO PROGRAMA "JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA"

AUDIÊNCIAS			TOTAL DE AUDIÊNCIAS	SENTENÇAS		TOTAL DE SENTENÇAS	MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA	JÚRI REALIZADO	DESPACHOS EXPEDIDOS
AUDIÊNCIAS PRELIMINARES DE ACOLHIMENTO E DE JUSTIFICAÇÃO	AUDIÊNCIAS DO ART. 16 DA LEI MARIA DA PENHA	AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO		COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO	SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO				
39	8	645	689	1133	414	1519	1006	9	2159

QUANTITATIVO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ACOLHIDAS PELA CASA ABRIGO

NÚMERO DE MULHERES ACOLHIDAS	NÚMERO DE CRIANÇAS (FILHOS E FILHAS)	TOTAL DE PESSOAS ACOLHIDAS
33	50	83

RESULTADO DO PROJETO "UNIDADES SANEADAS MULHERES PROTEGIDAS"

AUDIÊNCIAS	SENTENÇAS	DECISÕES	DESPACHOS
994	467	379	504



COORDENADORIA DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL AÇÕES REALIZADAS EM 2024

JORNADA DA SUSTENTABILIDADE



A "Jornada da Sustentabilidade", realizada durante a Semana Nacional do Meio Ambiente, teve como tema "A responsabilidade do Poder Público no equilíbrio ambiental", em celebração ao Dia Mundial do Meio Ambiente. O evento destacou o compromisso do Judiciário com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU e com as Metas Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A programação incluiu uma mesa redonda sobre o tema, o anúncio da certificação Selo Verde, o Prêmio TJMA Sustentável, o impulsionamento ao julgamento das ações ambientais (Meta Nacional do Judiciário), a doação de mudas e a iluminação verde na fachada do TJMA.

CAMPANHA DESTRALHE



A campanha "Destralhe", realizada anualmente em setembro, está alinhada ao Dia Mundial da Limpeza e visa promover o consumo consciente e a redução de desperdícios no ambiente de trabalho. As ações incluem a disponibilização de Guias de Procedimentos para Baixa e Devolução de Itens, gestão documental com a destinação de processos físicos para reciclagem e doação de bens sob custódia do Poder Judiciário. Além disso, são fomentadas a realização de palestras, rodas de conversa, ações de organização do ambiente de trabalho e mutirões de limpeza.

Destaca-se também a realização da palestra "Destralhe Emocional", ministrada pela psicóloga Ingrid Rodrigues, que abordou a importância da saúde emocional, o desapego de ideias, crenças e expectativas, além de incentivar práticas para reduzir sintomas de ansiedade e melhorar o bem-estar geral.

A campanha resultou na devolução de 370 itens, incluindo equipamentos de informática e materiais patrimoniais, e na doação de 1.600 kg de papel para reciclagem pela Comarca de Carolina. O mutirão de limpeza contou com a participação de 73 colaboradores terceirizados nos prédios do TJMA, e a Comarca de Caxias se destacou pela doação de materiais e devolução de equipamentos obsoletos.

Essa iniciativa tem sido essencial para promover a sustentabilidade, melhorar a organização do ambiente de trabalho e fomentar o bem-estar dos servidores, gerando impactos positivos tanto internamente quanto na sociedade.

A Coordenadoria de Sustentabilidade e Responsabilidade Social do TJMA participou ainda da ação "Praia Limpa, Mar Vivo", promovida pelo Cartório Extrajudicial do 3º Registro de Imóveis, por meio do Projeto Mover. A ação, realizada na Praia do Calhau com apoio do Núcleo de Governança Fundiária (NGF), teve como objetivo sensibilizar sobre a preservação ambiental, com foco no combate ao lixo nas praias e no mar, em alusão ao Dia Mundial da Limpeza.

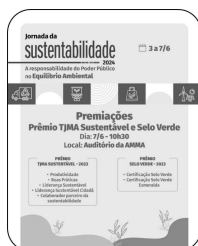


TJMA SUSTENTÁVEL ITINERANTE



Criado com a finalidade de interiorizar as ações e fomentar uma cultura de sustentabilidade nas comarcas, em 2024 foi realizada uma oficina intitulada "A Política de sustentabilidade no Poder Judiciário" para os servidores do Polo Bacabal, como parte do programa "Encontros Regionais".

PRÊMIO TJMA SUSTENTÁVEL



Instituído por meio da Portaria-GP nº 4682023, com objetivo de reconhecer iniciativas que fortaleçam a sustentabilidade no PJMA, o Prêmio TJMA Sustentável foi realizado como parte da Jornada da Sustentabilidade e premiou as seguintes categorias: Produtividade, Boas Práticas, Liderança Sustentável, Liderança Sustentável Cidadã e Colaborador Parceiro da Sustentabilidade.



COORDENADORIA DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL AÇÕES REALIZADAS EM 2024

PAINEL DA TRANSPARÊNCIA DE DESEMPENHO DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE (SISTEMA IDS)



Lançado em 2024, o Sistema IDS foi desenvolvido em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação e tem como objetivo sistematizar e divulgar os resultados dos indicadores de desempenho de sustentabilidade do PJMA. Como ferramenta de transparência e gestão, o sistema oferece uma visualização clara e dinâmica dos dados, permitindo avaliar a eficácia das ações relacionadas às metas do PLS-PJMA 2021-2026.

SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

Diversas ações foram realizadas pela Assessoria de Comunicação da Presidência (Asscom), pela Assessoria de Comunicação da CGJMA (Asscom/CGJMA) e pelo Núcleo de Comunicação da Esmam, em parceria com a Coordenadoria de Sustentabilidade e Responsabilidade Social, com o objetivo de integrar a sustentabilidade à cultura institucional e promover a corresponsabilidade. Entre as ações, destacam-se:

- ✓ **CAMPANHA CONSUMO CONSCIENTE:** incentivo à adoção de práticas ambientais e combate ao desperdício, com foco nos indicadores de energia elétrica, água e gestão de resíduos.
- ✓ **PROMOÇÃO DE DATAS ALUSIVAS AO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE:** Dia Mundial dos Catadores e das Catadoras de Materiais Recicláveis, Dia Mundial da Água, Dia do Planeta Terra, Dia Mundial da Reciclagem e Dia do Consumo Consciente.

CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE



Com o objetivo de capacitar e engajar o corpo funcional a contribuir com a Política de Sustentabilidade do Judiciário, em conformidade com a Resol-GP nº 45/2023, que estabelece 20 horas de cursos sobre temática socioambiental como requisito para promoção na carreira, foram oferecidos cursos de forma contínua na plataforma EAD da ESMAM:

- ✓ Curso autoinstrucional sobre "Sustentabilidade na Administração Pública";
 - ✓ Curso autoinstrucional sobre "Estilos de Vida Sustentáveis e Consumo Consciente".
- Além disso, também foram disponibilizados os cursos:
- ✓ "A Responsabilidade Civil Administrativa Ambiental", na modalidade "a distância";
 - ✓ "Gestão de Organizações Sustentáveis e Indicadores de Sustentabilidade".

A política de sustentabilidade do Judiciário foi apresentada no curso de formação de novos(as) magistrados(as).

GESTÃO DE RESÍDUOS

- **67.047,40 kg** de materiais recicláveis foram destinados à cooperativa de catadores;
- Implantação da coleta seletiva solidária no 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís (UEMA), com realização de visita técnica para orientar servidores e terceirizados sobre a correta separação e destinação dos resíduos. Atualmente, **18 prédios** do PJMA contam com coleta seletiva implantada;
- O TJMA **eliminou 1.002.825 processos em papel** sem guarda permanente, como parte de seu Programa de Gestão Documental, com a coordenação da Divisão de Arquivo do TJMA. A ação seguiu as diretrizes da Resolução CNJ nº 324/2020 e resultou na reciclagem de **mais de 230 toneladas de papel**;
- O Fórum Desembargador Sarney Costa **doou papel de 6.000 processos** sem guarda permanente à Cooperativa de Reciclagem de São Luís (COOPRESEL), seguindo a Resolução nº 324/2020 do CNJ, com material proveniente de editais de eliminação das 6ª, 7ª e 8ª Varas Cíveis da Comarca da Ilha de São Luís;
- Essas ações beneficiaram cerca de 28 cooperados, que dependem da coleta e venda de resíduos recicláveis.

BALANÇO DA SUSTENTABILIDADE DO PODER JUDICIÁRIO

No 8º Balanço da Sustentabilidade, publicado em 2024, o **TJMA** permaneceu **entre os 10 melhores tribunais**, alcançando a 8ª posição. Esse desempenho foi um dos fatores que contribuíram para a conquista do Selo Ouro no Prêmio CNJ de Qualidade em 2024.



COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA ESTRATÉGIA (COACE)

AÇÕES REALIZADAS EM 2024

1

REALIZAÇÃO DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE APURAÇÃO E AVALIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE - CAAP

Reunião realizada no dia 04/07/2023 para deliberação sobre 11 processos administrativos relacionados à Gratificação Por Produtividade Judiciária (GPJ).

2

META NACIONAL Nº9 2024 *ESTIMULAR A INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO*

A COACE em conjunto com o ToadaLab estruturou 02 (dois) projetos para viabilizar o cumprimento da Meta Nacional nº 9 "Implantar, no ano de 2024, dois projetos oriundos do laboratório de inovação, de cujo desenvolvimento tenha participado pelo menos um laboratório de outro tribunal, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionados à Agenda 2030", quais sejam:

Projeto "Sebastiana em Terra de Firmina"



Projeto "Amazônia Inova"



3

PONTOS DE INCLUSÃO DIGITAL

- Formalização do Termo de Cooperação entre o TJMA e o TRT 16ª Região, visando à facilitação do acesso à justiça por meio da disponibilização de salas passivas e dos Pontos Avançados de Inclusão Digital, conforme Resolução CNJ nº 508/2023 e sob os fundamentos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU (Organizações das Nações Unidas), com foco nos ODS's 16 e 17;
- Articulação com a OAB-MA para formalização de Termo de Cooperação visando a utilização dos pontos de inclusão digital do TJ/MA pelos advogados;
- Articulação com o INSS/MA para formalizado de Termo de Cooperação com o objetivo de oferecer alguns serviços do órgão público federal em 10 (dez) pontos de inclusão digital;
- Recadastramento de 121 PID's no banco de dados do Conselho Nacional de Justiça;
- Criação de mapa no Google Earth com a localização exata dos pontos de inclusão digital;
- Mapeamento e articulação com as prefeituras municipais para renovação dos Termos de Cooperação expirados;
- Interação com os facilitadores para verificação do regular funcionamento dos pontos de inclusão digital; e
- Mapeamento de novos pontos de inclusão digital a serem instalados no Maranhão.

4

PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE 2024

Para monitoramento do cumprimento dos critérios relativos ao Prêmio CNJ de Qualidade foram gerados 22 (vinte e dois) processos administrativos para monitoramento do cumprimento dos critérios pelas áreas responsáveis, com atuação direta na consecução das seguintes atividades vinculadas:

- Estruturação em conjunto com o ToadaLab do projeto TRILHA LEGAL que visa desenvolver um protótipo de sinalização para melhorar o acesso das pessoas ao prédio do Fórum da comarca de São Luís e às suas dependências, definindo um modelo mais intuitivo, simples e acessível a fim de otimizar a entrada e a circulação daqueles que buscam solução para seus conflitos. Informações no link: "<https://renovajud.cnj.jus.br/conteudo-publico?iniciativa=1105>"
- Realização da 7ª edição da Consulta Pública em colaboração com todos os Tribunais da Justiça Estadual que objetivou coletar sugestões e propostas para a construção das metas nacionais para o ano de 2025. A consulta foi realizada do dia 18/06/2024 a 02/07/2024 e registrou 804 respostas completas. Informações no link: "<https://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/513884/segue-aberta-a-pesquisa-dos-tribunais-sobre-metas-nacionais-para-2025>"
- Realização da Audiência Pública sobre a Proposta de Metas Nacionais para o ano de 2025, com participação aberta a qualquer interessado. A reunião foi realizada por videoconferência com a transmissão pelo YouTube do TJMA "Audiência Pública sobre Gestão Participativa do TJMA – YouTube". Participaram 119 servidores, magistrados e sociedade em geral. Informações no link "<https://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/514091/tjma-promove-audiencia-publica-sobre-gestao-participativa-no-dia-117>"
- Realização da Reunião Técnica sobre a Proposta de Metas Nacionais para o ano de 2025 com participação de 875 servidores e magistrados que, na oportunidade, sugeriram novas propostas e ajustes para as metas nacionais. A reunião foi realizada por videoconferência com a transmissão pelo YouTube da ESMAM "Reunião Técnica sobre Proposta Inicial de Metas (PIME) para o ano de 2025 – YouTube. Informações no link: "<https://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/514305/cerca-de-mil-servidoresas-e-magistradosas-discutem-metas-nacionais-do-poder-judiciario>"



COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA ESTRATÉGIA (COACE)

AÇÕES REALIZADAS EM 2024

NÚCLEO DE GESTÃO DE PROCESSOS INSTITUCIONAIS (NGPI)

a) Elaboração da minuta de resolução dispondo sobre a política de governança de processos institucionais do PJMA.

O normativo que está em fase de finalização estabelece os princípios, as diretrizes, os objetivos, os instrumentos, a estrutura e as responsabilidades relativos à **Governança de Processos** no âmbito do judiciário maranhense.

b) Elaboração da Metodologia de Governança de Processos Institucionais do PJMA com prazo definido para ser publicada no prazo de até 120 (cento e vinte) dias após a entrada em vigor da **Política de governança de processos institucionais do PJMA**;

c) Elaboração de minuta de instrução normativa sobre publicação e atualização de atos normativos e do respectivo mapa representativo do **fluxo do processo de trabalho da DG** nomeado como 'Gerir a produção e atualização dos atos normativos do PJMA';

d) Monitoramento da execução dos 7 Planos de Ação dos processos de trabalho redesenhados com a consultoria 3Gen para o NGPI e também do **Plano de Ação dos 43 processos da Governança de Contratações redesenhados para a DADM**, no aditivo de contrato do NGPI. (processo DADM nº 99072024);

e) Institucionalização de 3 processos de trabalho da DTIC (Gerenciar projetos de TIC; Planejar orçamento de TIC; e Planejar contratações e contratos de TIC) em **atendimento à exigência de CNJ para o alcance de pontuação no indicador iGovTIC-JUD da ENTIC-Jud** (processos nº 434672024; 434752024; 434812024);

f) Inclusão de novo processo de trabalho da DTIC (Gerenciar Capacitações da área de TIC) no repositório e Cadeia de Valor do PJMA (processo nº 85522024);

g) Elaboração de diagnóstico da DivMedica no PARECER-NGPI-22024 (processo nº 654482023);

h) Facilitação da Oficina de Design Thinking no projeto de inovação Trilha Legal do ToadaLab para o Prêmio CNJ de Qualidade e contribuição na elaboração dos documentos relacionados (plano do projeto, pesquisa de pré-Jornada e relatório);

i) Reunião presencial de alinhamento de demanda da CPICGJ (ATA-COACE-342024) com participação da DivPE (OFC-CPICGJ-712024 e OFC-COACE1532024) **relacionada ao projeto estratégico P.12** (Padronizar rotinas de secretarias judiciais – manual de rotinas) e ao **Plano de Ação (PA) do processo 'Julgar processo de vara de família'** (proc. admin. 10531/2024);

j) Reuniões com a DRH e ESMAM, como parte do **monitoramento do processo de trabalho redesenhado para estas áreas** a fim de garantir sua execução fazendo **a revisão e os ajustes na minuta de normativo (resolução) que vai disciplinar a elaboração e execução do Plano Anual de Capacitação Institucional, o FORMAR** (processo nº 105162024);

k) Reunião online agendada para o dia 05/08 às 15h com o consultor Damião Becker da **empresa Interact Solutions para conhecer o sistema SA Process Manager**, e solicitar proposta de contratação da ferramenta online (*software as a service - SAAS*) para fazer a gestão dos processos do PJMA em todo o ciclo, bem como do repositório e da Cadeia de Valor - CV.

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

a) Apoio na elaboração do Plano de Gestão 2024/2026:

A DivPE em conjunto com a COACE participaram da elaboração do Plano de Gestão 2024/2026 mediante a realização de reuniões com os juízes auxiliares da Presidência, apresentação no Gabinete da Presidência no dia 03/05/2024 e apresentação pelo Presidente, no Pleno, dia 08/05/2024.

b) Apoio na implantação da Política de Governança do PJMA:

Reuniões de apoio e orientação à equipe responsável pela estruturação da área de Governança.

c) Apoio à COACE na realização da Audiência Pública e Reunião Técnica.

ESCRITÓRIO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS – EGP

a) Ciclo de reuniões para construção e gerenciamento de novos projetos estratégicos com o Gabinete da Presidência e a Diretoria de Recursos Humanos do TJMA.

b) Ciclo de reuniões com a Assessoria de Comunicação para fomentar a captação de novos projetos estratégicos, por meio da divulgação nas redes sociais do TJMA.

c) Ciclo de reuniões de PRÉ-RAE para alinhamento da estratégia, atualizações e finalizações de etapas dos projetos estratégicos em andamento nos diversos setores do TJMA, para apresentação na II RAE/2024.

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO DE DADOS ESTATÍSTICOS (DADE)

- **GPJ 2024** – Apuração e divulgação das parciais referentes ao 1º e 2º semestre de 2024 e análise de propostas de alteração, exclusão e inclusão de metas;
- **Justiça em Números** – Informação dos dados referentes à Resolução CNJ 219/2016 – Priorização do 1º Grau referentes ao primeiro semestre de 2024;
- **Painel de Estatística CNJ** – Ajuste de dados de produtividade do 2º Grau;
- **Painéis de Tempos Médios** – Análise e ajuste dos painéis dos tempos médios referentes à pontuação do Prêmio CNJ de Qualidade;
- **Metas Nacionais** – Interlocução com o CNJ para ajustes e correção do glossário de Metas Nacionais do CNJ;
- **Mapa Estatístico Mensal** – Produtividade dos magistrados de 2º Grau encaminhada mensalmente aos Gabinetes dos Desembargadores.



DIRETORIA FINANCEIRA

CRONOGRAMA DE AÇÕES 2024

A entrega de uma prestação jurisdicional célere e com qualidade capaz de suprir a crescente demanda dos jurisdicionados exige recursos orçamentários e financeiros em valores adequados e suficientes para fazer frente as necessidades do Tribunal de Justiça. É nesse contexto que se pauta a elaboração e execução do orçamento no Judiciário Maranhense, realizados sem medir esforços para garantir a contemplação de despesas relativas à manutenção e expansão da atual estrutura administrativa e judicial, à capacitação de recursos humanos, e aos investimentos previstos para aquisição de equipamentos e material permanente, em infraestrutura física e em tecnologia da informação e comunicação.

As atividades desenvolvidas sempre balizadas pelos preceitos legais vigentes, em especial o art. 99 da Constituição Federal, a Lei nº 4320/64, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000) e tendo os instrumentos orçamentários compatibilizados com as diretrizes, objetivos, metas e prioridades do Plano Plurianual para o período de 2024 – 2027 e o Planejamento Estratégico do órgão, e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO vigente, resultaram nos principais destaques do orçamento no exercício financeiro de 2024

Execução Orçamentária de 100% do orçamento previsto da fonte do tesouro, nas unidades orçamentárias do Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral de Justiça (conforme tabela abaixo), sem considerar o pagamento dos precatórios judiciais. Há de se destacar a importância desse resultado diante das mudanças introduzidas pela Emenda Constitucional nº 109 de 2021, que exigiu uma readequação de toda a orientação da rotina interna de execução dos gastos;

ORÇAMENTO	GRUPO	2024		
		VALOR PREVISTO	VALOR EMPENHADO	PERCENTUAL
GERAL	PESSOAL	1.406.148.505,17	1.406.148.494,42	100%
	CUSTEIO	480.744.434,58	460.281.354,73	96%
	INVESTIMENTOS	144.060.456,77	126.921.111,43	88%
	INVERSÕES FINANCEIRAS	9.500.000,00	9.114.574,25	96%
	PRECATÓRIOS	569.408.044,00	560.358.159,98	98%
	TOTAL	2.609.861.440,52	2.562.823.694,81	98%
TJMA	PESSOAL	1.406.148.505,17	1.406.148.494,42	100%
	CUSTEIO	192.329.128,69	192.326.302,36	100%
	INVESTIMENTOS	85.712,77	85.712,77	100%
	PRECATÓRIOS	569.408.044,00	560.358.159,98	98%
CGJ	TOTAL	2.167.971.390,63	2.158.918.669,53	100%
	CUSTEIO	3.823.922,89	3.819.873,28	100%
	TOTAL	3.823.922,89	3.819.873,28	100%
FERJ	CUSTEIO	259.301.197,00	239.611.959,70	92%
	INVESTIMENTOS	135.066.803,00	120.170.778,36	89%
	INVERSÕES FINANCEIRAS	9.500.000,00	9.114.574,25	96%
	TOTAL	403.868.000,00	368.897.312,31	91%
FESMAM	CUSTEIO	955.500,00	901.953,21	94%
	TOTAL	955.500,00	901.953,21	94%
FERC	CUSTEIO	18.765.734,00	18.068.343,54	96%
	TOTAL	18.765.734,00	18.068.343,54	96%
FUNSEG	CUSTEIO	5.568.952,00	5.552.922,64	100%
	INVESTIMENTOS	8.907.941,00	6.664.620,30	75%
	TOTAL	14.476.893,00	12.217.542,94	84%

Tabela 1: Execução Orçamentária 2024, em reais (R\$). Fonte: SCO, SIGEF (2024).



DIRETORIA FINANCEIRA

CRONOGRAMA DE AÇÕES 2024

Exitoso planejamento orçamentário que viabilizou vários benefícios aos jurisdicionados, corroborado pelo elevado nível de execução orçamentária de 98% em comparação com o previsto, possibilitando realizar:

- I. Volume recorde em investimentos: cerca de R\$ 126,9 milhões em 2024. Foram adquiridos equipamentos e móveis; melhorias na infraestrutura predial; ampliação do parque tecnológico; virtualização processual; construção e ampliação de Fóruns no interior do estado;
- II. Continuidade das atividades de Implantação do Plano de Cargos e Carreiras e Vencimentos - PCCV dos servidores: Implantação da Classe D, Promoções, progressões, adicional de qualificação, adicional de insalubridade, Equiparação dos vencimentos dos auxiliares- VPNI – Sendo o PCCV um dos maiores desafios da gestão, dado as restrições orçamentarias e limites fiscais da época.
- III. Executar gastos de aproximadamente R\$ 5,5 milhões em capacitação de servidores(as) e magistrados(as) – cerca de 14,5 mil capacitações concluídas.
- IV. Compensação atos gratuitos pelos cartorários que contribui decisivamente para erradicar o subregistro civil: foram 607.103 (seiscentos e sete mil cento e três) atos gratuitos compensados, enquanto que no ano de 2023 foram 372.116, crescimento de 63%;
- V. Investimentos na segurança institucional dos magistrados – R\$ 14,5 milhões
- volume recorde em relação a anos anteriores;
- VI. Reajuste nos auxílios dos servidores: Auxílio alimentação; Auxílio Creche; Auxílio Saúde;
- VII. Pagamento de auxílio-alimentação extra em dezembro/2024;
- VIII. Indenização de 45 dias de licença prêmio a todos os servidores e magistrados interessados;
- IX. Ampliação da Justiça de 2º grau: Implantação de novos gabinetes de desembargadores;
- X. Reforço na Justiça do 1º grau, com nomeação de magistrados em concurso, assessores e servidores efetivos;
- XI. Reajuste dos subsídios dos magistrados em conformidade com os subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal (6%).



DIRETORIA FINANCEIRA CRONOGRAMA DE AÇÕES 2024

Elaboração do Orçamento anual para 2025 com os seguintes destaques:

- I. Crescimento do Orçamento Geral (excluindo despesas com precatórios) em 15,44%;

EXERCÍCIO DE 2025

Comparativo da Proposta 2025 x LOA 2024 Por Cat. Econ. E Grupo de Despesa

Categoria Econômica e Grupo de Despesa	LOA 2024	PROP 2025	Variação Absoluta	Variação (%)
Despesas Correntes	2.312.811.976	2.111.356.360 -	201.455.616	-8,71%
Pessoal e Encargos Sociais	1.341.704.000	1.549.808.000	208.104.000	15,51%
Outras Despesas Correntes - Exc. Benefícios, Auxílios e Precatórios	248.134.311	306.553.696	58.419.385	23,54%
Benefícios e Auxílios	219.289.665	254.994.664	35.704.999	16,28%
Precatórios	503.684.000	- -	503.684.000	-100,00%
Despesas de Capital	90.648.024	81.662.640 -	8.985.384	-9,91%
Investimentos	90.648.024	81.662.640 -	8.985.384	-9,91%
Inversões Financeiras	-	-	-	-
TOTAL S/PRECATORIO	1.899.776.000	2.193.019.000	293.243.000	15,44%
TOTAL	2.403.460.000	2.193.019.000 -	210.441.000	-8,76%

Tabela 2: Comparativo da Proposta Orçamentária (2024 2025), em reais. Fonte: SCO,E-POP (2024-2025)

Origem	Especificação	Valor
	Folha Normal	1.329.841.871
	Grat. Produtividade Judiciária - GPJ	44.132.744
	Licença Compensatória Magistrados (3/1)	24.213.813
Reajuste Teto Constitucional STF (5,35%)	Reajuste de Magistrados	16.092.007
Projeto de Lei (4,23%)	Reajuste dos Vencimentos dos Servidores	48.929.346
Projeto de Lei	Conversão GAJ x FGE	2.557.606
Projetos de Lei	Criação de Cargos e FG's	13.958.803
Concurso Público	Provimento de Cargos Efetivos - 30 Juizes (set/2024)	25.278.984
Concurso Público	Provimento de Cargos Efetivos - Analistas - 30; Oficiais - 20; Técnicos - 40;	12.540.923
	Implantação do PCCV	32.261.903
Lei nº 11.690/2022 (PCCV)	Equivalência Auxiliar x Técnico Judiciário (30%)	6.643.569
	Acréscimos Legais (Prog., Prom. e ATS)	25.618.334
	TOTAL	1.549.808.000

Fonte: SCO/Mentorh

Tabela 3 - Detalhamento das Despesas com Pessoal Atendidas na Proposta Orçamentária.

Fonte: SCO,E-POP(2024-2025)



DIRETORIA FINANCEIRA
CRONOGRAMA DE AÇÕES 2024

II. Acréscimo de 16,28% de recursos para auxílios e 15,51% para despesas com pessoal;

Especificação	Valor
Auxílio-Alimentação	151.566.259
Manutenção Valor Atual	126.500.000
Reajuste Servidores - 6% Subsídio Inicial	20.692.620
Reajuste Magistrados - 7% Subsídio	4.373.639
Auxílio-Saúde	93.821.133
Manutenção Valor Atual	50.700.000
Reajuste Servidores (faixas percentuais: 2%; 3%; 4,5%; Base Cálculo: Subsídio Inicial)	32.350.326
Reajuste Magistrados (faixas percentuais: 10% e 15%; Base Cálculo: Subsídio)	10.770.807
Auxílio-Creche (Reajuste de 4,23% - IPCA)	4.978.767
Auxílio-Transporte	4.396.046
Custeio Diligência	29.500.000
Ajuda de Custo	735.794
TOTAL	284.997.999

Fonte: SCO/SIGEF

Tabela 4 - Detalhamento da Proposta para Beneficiouse Auxílios.

Fonte: SCO,E-POP(2024-2025)

Indicadores de Desempenho Orçamentário

Índice	Fórmulas	Valores	Perc. Realizado	META
Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias (Idob)	$(\text{Dotação Inicial na Lei Orçamentária Anual para despesas obrigatórias} / \text{Dotação Inicial aprovada na Lei Orçamentária Anual}) \times 100$	Dot. Inc. LOA Desp. Obg 2.403.460.000,00	77%	70%
Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias (IEDD)	$(\text{Montante Empenhado de dotações para despesas discricionárias} / \text{Dotação atualizada para despesas discricionárias}) \times 100$	Desp. Emp. Des. Disc. 630.211.891	94,0%	70%
Índice de Execução das Dotações para Projetos (IEP)	$(\text{Montante Empenhado de dotações para projetos} / \text{Dotação atualizada para despesas com projetos}) \times 100$	Desp. Emp. Projetos 54.804.579	85%	50%
Índice	Fórmulas	Valores	Perc. Realizado	
Índice de Execução do Orçamento Disponível	$(\text{Valor executado} / \text{Valor total do orçamento Disponibilizado}) \times 100$	Valor Empenhado 2.040.453.396,52	98%	90%

Obs: Exclui-se da meta o projeto atividade "0902 - Cumprimento de Sentença Judicial"

Indicadores e Metas



DIRETORIA FINANCEIRA CRONOGRAMA DE AÇÕES 2024

Do Planejamento e do Orçamento

O Plano Plurianual ou PPA é um instrumento legal de planejamento das ações governamentais, previsto no art. 165 da Constituição Federal que se destina a organizar e viabilizar a ação pública por um período de quatro anos. O PPA do Estado do Maranhão para o quadriênio de 2024/2027 foi aprovado por meio da Lei nº 12.167, de 19/12/2023, e autorizou a execução dos programas e ações do Tribunal conforme tabelas a seguir:

Elaboração de Programas (Atributos)	
1- Denominação:	0543 Prestação Jurisdicional
2- Objetivo:	Proporcionar à sociedade maranhense o acesso à justiça e a resolução dos conflitos, garantindo a agilidade e o atendimento de qualidade.
3 - Desafio de Longo Prazo Associado	018 - Reduzir a Violência e Criminalidade no Campo e na Cidade
4 - Eixo do PPA:	Sociedade saudável, segura e justa
5 - Diretriz Estratégica	36 - Fortalecer a atuação preventiva, combativa e corretiva das instituições de segurança e justiça em todo o estado, promovendo integração e reestruturação do sistema de segurança e defesa social, visando combater todas as expressões de violência e criminalidade no território estadual.
5 - Diretriz Setorial	Fortalecer e ampliar ações de reestruturação e melhoria da gestão do sistema judicial para modernizar e tornar os processos mais eficientes, reduzindo o tempo de espera para a resolução de casos e melhorando a qualidade das decisões judiciais.
6 - Indicador	Taxa de Congestionamento Líquido (CNJ) - A taxa de congestionamento mede o percentual de processos que ficaram parados sem solução, em relação ao total tramitado no período de um ano. Quanto maior o índice, mais difícil será para o tribunal lidar com seu estoque de processos.
7- Caracterização do Problema	A falta de acesso à justiça para uma parcela da população maranhense e a morosidade de tramitação do processo judicial. A Justiça Estadual Maranhense apresenta uma Taxa de Congestionamento anual de 63,84% que o posiciona em 10º lugar entre os Tribunais Estaduais, porém, ainda distante da taxa padrão mínima definida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ.
8- Meta do Indicador para 2027	56%
9 - Público-Alvo	Sociedade Maranhense
10 - Órgão Responsável	04000 – Tribunal de Justiça do Estado
11 - Unidade Responsável	Diretoria Financeira
12 - Política Associada	Justiça
13- Tipo:	<input type="checkbox"/> Finalístico <input type="checkbox"/> Gestão de Políticas Públicas <input type="checkbox"/> Serviço ao Estado <input type="checkbox"/> Apoio Administrativo
14 - Horizonte Temporal:	<input type="checkbox"/> Contínuo <input type="checkbox"/> Temporário



DIRETORIA FINANCEIRA
CRONOGRAMA DE AÇÕES 2024

Elaboração de Programas (Atributos)	
1- Denominação: 0411 Apoio Administrativo	
2- Objetivo: Prover os órgãos do estado de meios administrativos para a implementação de seus programas finalísticos e de serviços ao estado	
3 - Desafio de Longo Prazo Associado 023 - Não se aplica	
4 - Eixo do PPA: Governança Efetiva, Inovadora e Conectada	
5 - Diretriz Estratégica 0 - Não se Aplica	
5 - Diretriz Setorial 0 - Não se Aplica	
6 - Indicador Não se Aplica	
8- Meta do Indicador para 2027 Não se Aplica	
9 - Público-Alvo Governo do Maranhão	
10 - Órgão Responsável 60000 Encargos Gerais do Estado	
11 - Unidade Responsável Tribunal de Justiça	
12 - Política Associada	
13- Tipo: <div><input type="checkbox"/> Finalístico<input type="checkbox"/> Gestão de Políticas Públicas</div> <div><input type="checkbox"/> Serviço ao Estado<input type="checkbox"/> Apoio Administrativo</div>	
14 - Horizonte Temporal: <div><input type="checkbox"/> Contínuo</div> <div><input type="checkbox"/> Temporário</div>	

Quadro 2 - Programa/Ação Acesso à justiça. Fonte: SCO,EPOP(2024)



DIRETORIA FINANCEIRA
CRONOGRAMA DE AÇÕES 2024

Elaboração de Programas (Atributos)	
1- Denominação:	
0499 Operação Especial	
2- Objetivo:	
Realizar despesas obrigatórias decorrentes de comandos legais das quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como serviços das dívidas públicas, pensões especiais, sentenças judiciais, contribuições para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, subscrições de ações em empresas estatais, indenizações judiciais por requisições de pequeno valor - RPV, recomposição do fundo de reserva de depósitos judiciais e afins.	
3 - Desafio de Longo Prazo Associado	
023 - Não se aplica	
4 - Eixo do PPA:	
Governança Efetiva, Inovadora e Conectada	
5 - Diretriz Estratégica	
0 - Não se Aplica	
5 - Diretriz Setorial	
0 - Não se Aplica	
6 - Indicador	
Não se Aplica	
8- Meta do Indicador para 2027	
Não se Aplica	
9 - Público-Alvo	
Governo do Estado	
10 - Órgão Responsável	
60000 Encargos Gerais do Estado	
11 - Unidade Responsável	
12 - Política Associada	
13- Tipo:	
<input type="checkbox"/> Finalístico <input type="checkbox"/> Gestão de Políticas Públicas	
<input type="checkbox"/> Serviço ao Estado <input type="checkbox"/> Apoio Administrativo	
14 - Horizonte Temporal:	
<input type="checkbox"/> Contínuo	
<input type="checkbox"/> Temporário	



DIRETORIA FINANCEIRA
CRONOGRAMA DE AÇÕES 2024

PROG RAMA	ÓRGÃO	CÓD UO	UO	AÇÃO (Denominação)	TIPO	FINALIDADE	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	TIPO DE ACUMULAÇÃO
PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL	04000	04101	TJ	Comunicação e Divulgação Institucional	Atividade	Dar amplo conhecimento à sociedade das Políticas Públicas e programas do Poder Judiciário e estimular a participação da população na formulação destas políticas.	Matéria Veiculada	Unidade	SOMA
	04000	04101	TJ	Acesso a Justiça	Atividade	Expandir, agilizar, manter e modernizar as atividades jurisdicionais e assistenciais do Poder Judiciário do Estado de forma a promover o acesso à justiça	processo concluído	unidade	SOMA
	04000	04102	CGJ	Gestão da Corregedoria	Atividade	planejar, controlar e fiscalizar as atividades administrativas e judiciais da primeira instância e extrajudiciais do Poder Judiciário	Unidades Jurisdicionais Correicionadas	Unidade	Soma
	04000	04901	FERJ	Gestão e Capacitação de Recursos Humanos	Atividade	Promover, de forma integrada, desenvolvimento e qualificação de pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e maior produtividade.	Servidor formado/Capacitado	Unidade	Maior valor
	04000	04901	FERJ	Construção, Ampliação e Reforma de Prédios do Judiciário	Projeto	Construir, reformar ou ampliar instalações prediais nas comarcas da capital e interior.	Prédio Construído/Ampliado/Reformado	m²	Soma
	04000	04901	FERJ	Construção do Edifício Sede do Tribunal de Justiça	Projeto	Construir edifício para funcionamento da sede própria do Poder Judiciário.	Prédio Construído e Aparelhado	Unidade	Maior valor
	04000	04901	FERJ	Distribuição da Justiça - FERJ	Atividade	Expandir, agilizar, manter e modernizar as atividades jurisdicionais do Poder Judiciário do Estado de forma a promover a distribuição da justiça	Atendimento a demanda judicial	Percentual	Maior valor
	04000	04901	FERJ	Ações de Tecnologia e Segurança da Informação e Comunicação	Atividade	Promover ações de Governança, Gestão, Segurança e Infraestrutura de Tecnologia de Informação e Comunicação no Poder Judiciário do Estado do Maranhão	Efetividade na Governança e Gestão de TIC	Percentual	Maior valor
	04000	04902	FESMAM	Promoção de Educação e Conhecimento no Poder Judiciário	Atividade	Promover a realização de cursos para formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.	Agente Público Capacitado	Unidade	Soma
	04000	04903	FERC	Gratuidade do Registro Civil	Atividade	Assegurar a gratuidade dos atos do registro civil das pessoas naturais do estado do Maranhão	Atos Gratuitos Compensados	Unidade	Soma
	04000	04904	FUNSEG	Apoio à Segurança da Magistratura	Atividade	Proporcionar aos magistrados condições de segurança adequadas nas Sedes Jurisdicionais	Unidade Aparelhada	Percentual	Maior valor
Apoio Administrativo	04000	04101	TJ	Contribuição ao Regime Geral da Previdência	Atividade	Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores.	-	-	-
	04000	04101	TJ	Previdência dos Servidores Públicos do Estado	Atividade	Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores.	-	-	-
	04000	04101	TJ	Contribuição para o Fundo de Benefícios dos Servidores Públicos Estaduais - No Estado do Maranhão	Atividade	Garantir os direitos e benefícios a saúde dos servidores.	-	-	-
Operação Especial	04000	04101	TJ	Cumprimento de Sentença Judicial	Atividade	Garantir o pagamento de precatórios e sentenças judiciais, transitadas em julgado, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal.	-	-	-



DIRETORIA FINANCEIRA

CRONOGRAMA DE AÇÕES 2024

Ações Orçamentárias - Metas Físicas e Financeiras									
UO	AÇÃO (Denominação)	2024		2025		2026		2027	
		Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$
TJ	Comunicação e Divulgação Institucional	1000	1.000.000	1000	1.035.000	1000	1.071.225	1000	1.108.718
TJ	Acesso a Justiça	712162	1.350.050.950	732921	1.445.314.140	753679	1.555.639.493	774438	1.675.279.905
TJ	Contribuição ao Regime Geral da Previdência		41.091.949		43.968.385		47.046.172		50.339.404
TJ	Previdência dos Servidores Públicos do Estado		179.843.569		192.432.619		205.902.902		220.316.106
TJ	Contribuição para o Fundo de Benefícios dos Servidores Públicos Estaduais - No Estado do Maranhão		3.800.000		4.066.000		4.350.620		4.655.163
TJ	Cumprimento de Sentença Judicial		503.684.000		546.282.864		591.174.596		639.919.712
CGJ	Gestão da Corregedoria	149	4.555.532	149	4.828.864	149	5.118.596	149	5.425.712
FERJ	Gestão e Capacitação de Recursos Humanos	1694	4.139.735	1762	4.263.933	1898	4.391.851	2034	4.523.607
FERJ	Construção, Ampliação e Reforma de Prédios do Judiciário	44825	41.116.579	46897	42.350.076	44783	43.620.579	49854	44.929.196
FERJ	Construção do Edifício Sede do Tribunal de Justiça	20%	1.000.000	30%	12.000.000	30%	24.000.000	20%	24.720.000
FERJ	Distribuição da Justiça - FERJ	144%	151.345.011	149%	144.915.362	154%	137.622.822	154%	141.751.507
FERJ	Ações de Tecnologia e Segurança da Informação e Comunicação	84,3%	89.866.675	87,8%	92.562.675	90,3%	95.339.556	90,3%	98.199.742
FESM AM	Promoção de Educação e Conhecimento no Poder Judiciário	403	966.000	419	1.000.000	451	1.035.000	483	1.071.000
FERC	Gratuidade do Registro Civil	529435	17.030.000	741216	17.541.000	1037702	18.068.000	1452780	18.609.000
FUNS EG	Apoio à Segurança da Magistratura	25%	8.624.000	50%	8.882.998	75%	9.148.998	100%	9.423.998
Fonte: PPA 2024-2027									

Fonte: PPA 2024-2027

Quadro 5 - AçõesOrçamentárias 2024-2027 (Metas Físicase Financeiras) . Fonte: SCO.EPOP

Para as ações programadas são previstas metas físicas as quais possibilitam uma melhor avaliação da atuação do Poder Judiciário no Estado, pois fornecem informações quantitativas acerca das atividades desenvolvidas, possibilitando a mensuração da eficiência dos recursos aplicados comparados às metas financeiras. As metas físicas e financeiras para o ano de 2024 foram executadas conforme quadro abaixo:

Ações Orçamentárias - Metas Físicas e Financeiras - 2024								
UO	AÇÃO (Denominação)	Planejado		Empenhado		Liquidado	Perc Execução	
		Meta Fisica	Financeira	Meta Fisica	Financeira	Financeira	Meta Fisic	Financeira
TJ	Comunicação e Divulgação Institucional	1000	522.201	1822	522.037	439.437	182%	100%
TJ	Acesso a Justiça	712162	1.370.893.788	682612	1.370.891.116	1.326.693.742	96%	100%
TJ	Contribuição ao Regime Geral da Previdência		35.911.660		35.911.660	35.838.448		100%
TJ	Previdência dos Servidores Públicos do Estado		187.027.672		187.027.671	187.027.671		100%
TJ	Contribuição para o Fundo de Benefícios dos Servidores Públicos Estaduais - No Estado do Maranhão		4.208.027		4.208.027	4.208.027		100%
TJ	Cumprimento de Sentença Judicial		569.408.044		560.358.160	560.358.160		98%
CGJ	Gestão da Corregedoria	149	3.823.923	107	3.819.873	3.479.492	72%	100%
FERJ	Gestão e Capacitação de Recursos Humanos	1694	4.889.735	1769	4.644.033	4.011.455	104%	95%
FERJ	Construção, Ampliação e Reforma de Prédios do Judiciário	44825	54.804.579	21467	46.546.678	4.589.784	48%	85%
FERJ	Construção do Edifício Sede do Tribunal de Justiça	20%	-	0%	-	-	0%	#DIV/0!
FERJ	Distribuição da Justiça - FERJ	144%	254.307.011	104%	231.600.866	179.686.071	72%	91%
FERJ	Ações de Tecnologia e Segurança da Informação e Comunicação	84%	89.866.675	94%	86.105.735	59.715.474	112%	96%
FESM AM	Promoção de Educação e Conhecimento no Poder Judiciário	403	955.500	3003	901.953	690.010	745%	94%
FERC	Gratuidade do Registro Civil	529435	18.765.734	607103	18.068.344	16.321.068	115%	96%
FUNS EG	Apoio à Segurança da Magistratura	25%	14.476.893	90%	12.217.543	7.656.617	360%	84%

Fonte: PPA 2024-2027

Quadro 6 - AçõesOrçamentárias Metas Físicase Financeiras 2024. Fonte: SCO,EPOP(2024)



DIRETORIA FINANCEIRA

CRONOGRAMA DE AÇÕES 2024

Da análise dos dados acima, destaca-se que a maioria das ações tiveram resultados expressivos, com algumas atingindo 100% de execução. A ação de cumprimento de decisão judicial, em função de ser uma ação que depende dos repasses do Tesouro Estadual para o seu cumprimento, haja vista tratar-se de despesas com precatórios judiciais, cujo ente devedor é o Estado do Maranhão, teve sua execução no patamar de 98%.

LRF – DESPESAS DE PESSOAL

Atendendo ao disposto no art. 169 da Constituição, que estabelece a necessidade de fixação por lei complementar de limites máximos para as despesas de pessoal ativo e inativo de todos os Poderes e entes federativos, os arts. 19 e 20 da LRF prevêem que: a despesa total com pessoal (limites globais), não se computando aquelas excetuadas nos §§ 1º e 2º do art. 19, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida definidos no referido artigo. Assim, para o Judiciário Estadual o percentual máximo é de 6%, tendo o limite prudencial de 5,7%, isto é, quanto menor o percentual, melhor. O Gráfico-4 apresenta o histórico de percentuais a cada quadrimestre nos últimos anos:

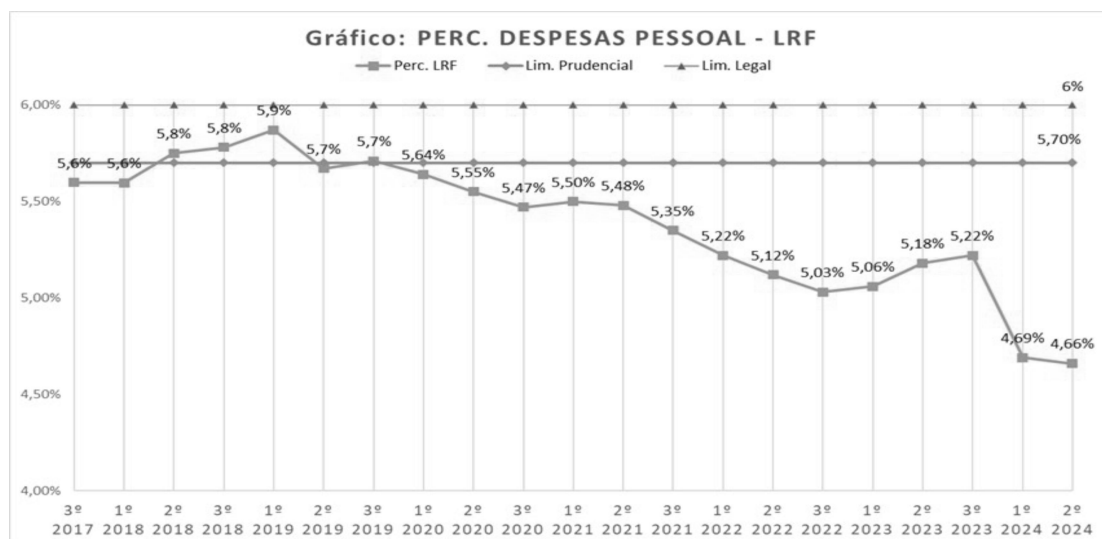


Gráfico - Percentual Despesas Pessoal (LRF). Fonte: SCO, SIGEF, LRF.

Avaliando o Gráfico-4, nota-se que o percentual de gastos com pessoal em relação a RCL que vinha oscilando acima do limite prudencial entre 2018 e 2019, vem apresentando um constante declínio desde o 2º Quadrimestre de 2020. Essa estabilização traz um resultado favorável, pois o percentual da despesa de pessoal em relação ao RCL que foi de 4,66%, ficou abaixo do limite prudencial estabelecido na LRF. Cabe destacar que o crescimento da Receita Corrente Líquida de 22,9% num patamar superior ao da despesa de 10%, provocou uma queda significativa no índice.